

OS DESDOBRAMENTOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UFG.

LIMA, Kênia Felix¹; **CABRERA**, Isabel Ibarra².

Palavras chaves: Ditadura, Reforma Universitária, movimento estudantil;

1. INTRODUÇÃO

Tendo como referência o projeto de pesquisa - UFG: o golpe de 1964 e os desdobramentos da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540) - coordenado pela Prof^a Dra. Isabel Ibarra Cabrera observa-se que a Universidade Federal de Goiás foi criada dentro de um contexto histórico turbulento dentro da história nacional. Ao ser implantada, em 1960, a UFG teve alguns desafios dentro do contexto educacional pelo qual o Brasil estava passando, uma de suas missões era principalmente ministrar um ensino modernizado buscando com isso gerar o tão esperado progresso humano além de levar a cultura litorânea para o centro-oeste. Em 1962, sob o decreto nº 61582 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que se anexou às demais, mas essa formação democrática não durou muito tempo e, nesse meio tempo foi implantado um projeto de maturação intelectual da sociedade brasileira com o auxílio de consultores norte-americanos. Criavam-se, assim, as condições para projetos de uma reforma universitária que após 1964 foi incorporado e redefinido pelo Estado militar que se instaurava no Brasil.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada envolveu no primeiro momento um estudo bibliográfico sobre o tema, leituras sobre o contexto nacional, regional e local de 1964 e sobre a Reforma Universitária de 1968, através dos seguintes autores: CUNHA (1980, 1983, 1988 e 1991), GASPARI (2002), GERMANO (1993), REZENDE (1991), SILVA (1992), VIEIRA (1982) e outros. A orientadora desta pesquisa indicou a possibilidade de procurar documentos no Arquivo da UFG, situado no Campus II. Lá, com o auxílio dos funcionários responsáveis pela Seção de Arquivo Geral e Seção de Protocolo (Heloísa Esser Pereira, Maria Teresinha Campos de Santana e João Batista Neto) foi possível ter acesso ao Centro de Informação e Documentação Arquivística (CIDARQ), no qual foram consultados documentos já catalogados pela base de dados. A partir de então se iniciou a investigação de documentos que compreendiam o período de 1960 a 1970. Após a revisão foram selecionados os seguintes documentos: as Atas das Sessões do Egrégio Conselho Universitário, os Ofícios Expedidos Confidenciais, o Relatório ICHL, a Revista da Universidade Federal de Goiás, o Boletim da Universidade Federal de Goiás, o Informativo UFGO, fotografias que ilustrassem a UFG, bem como foi consultado o jornal 4º Poder através da Microfilmadora. Nesta etapa também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, utilizando a metodologia da história oral, com professores e ex-professores, e ex-estudantes que presenciaram as implicações da Reforma Universitária de 1968. Inicialmente este trabalho teve como eixo central analisar os desdobramentos da Reforma Universitária de 1968 na FFCL. Entretanto à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo apareceu com muita frequência durante a análise de documentos e durante as entrevistas a questão da perseguição política contra estudantes e professores da UFG, o que não deixa de ser um reflexo tanto do

Golpe de 1964 quanto da própria Reforma Universitária e, portanto faz parte da proposta de investigação deste projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que já era um imperativo da Lei nº 3834 C, de 14 de dezembro de 1960 que criou a UFG, se deu em um clima de muita luta. Sua criação estava associada a uma série de objetivos, dentre eles, formar professores habilitados para o ensino médio, promover uma renovação cultural, investigar a realidade brasileira, etc, mas analisando o contexto social a qual estava inserida, a FFCL surge também como um anseio do Reitor Colemar Natal e Silva que buscava um “ponto de apoio para a Reforma Universitária” segundo o Jornal 4º Poder (07 de fevereiro de 1963 p.3). É importante destacar que a luta pela RU nasceu no meio estudantil que sempre buscou a democratização do ensino superior e a emancipação da sociedade. Foi, portanto as reivindicações estudantis que proporcionaram uma tomada de consciência nacional dos problemas nas Universidades despertando um senso de responsabilidade coletiva. Para então oferecer uma resposta àqueles que almejavam uma reforma, o Governo estabelece uma reestruturação do ensino superior, mas através de uma política atrelada a princípios autoritários e disciplinadores. Nesse sentido é possível perceber que a ideologia dominante implícita nas entrelinhas do texto elaborado pelo Governo é também incorporada pelo reitorado da UFG, - levando em conta que esta afirmação só é cabível após as análises de documentos e de um estudo bibliográfico aprofundado sobre o assunto -, pois ao mesmo tempo em que por um lado se garantia a representação estudantil na Universidade, por outro não se permitia que as opiniões discordantes se manifestassem, impedindo assim o diálogo criador, o entrelaçamento de idéias e o debate de pontos de vista antagônicos. Além disso, das várias mudanças ocorridas a partir da Reforma de 1968 destaca-se a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a unificação do vestibular e a aglutinação das faculdades em universidades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade. Além disso, extinguiu a cátedra e instituiu o departamento visando o aperfeiçoamento das instituições, mas acima de tudo objetivava “tirar o poder” das mãos do professor catedrático que muitas vezes era contra o regime militar, mas por ser catedrático ninguém poderia detê-lo. Todavia a principal proposta era a indissociabilidade entre ensino e pesquisa em todas as instituições, base do modelo moderno, e a institucionalização da pós-graduação. A pós-graduação é constituída como um lugar privilegiado de estudos com um nível mais aprofundado de pesquisa científica. Nessa lógica a necessidade de implantação da pós-graduação era a condição básica para transformar a universidade em centro criador de ciências, de cultura e de novas técnicas e assim contribuir para a modernização do ensino e para o desenvolvimento econômico, social e político do país. Nesse sentido há ainda muito que se descobrir nas entrelinhas dos documentos pesquisados, nos livros analisados e nas entrevistas realizadas, espera-se que este trabalho seja uma base para posteriores investigações científicas.

4. CONCLUSÃO

Tendo em vista as considerações feitas a respeito do período militar no Brasil e as respectivas implicações na educação, considerações estas necessárias, este trabalho percorreu um estudo bibliográfico, uma análise documental e um exame acurado de entrevistas tentando verificar até que ponto a Reforma Universitária de

1968 surtiu efeitos na organização do ensino superior na FFCL da UFG. Dentre os desdobramentos dessa reforma é imprescindível destacar: um ensino ligado à lógica de produção visando a modernização da estrutura e do conteúdo acadêmicos; a universidade altera seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho; o Estado como orientador de políticas para a educação superior assume diretamente o controle (através de intervenções e patrulhamento ideológico) das universidades; há forte perseguição política aos alunos e professores principalmente ao entrar em vigor o decreto nº. 477, de 28 de fevereiro de 1969; o desmantelamento da FFCL afetou profundamente o movimento estudantil; entre outros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Luiz Antônio **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio, GÓES, Moacyr. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 7^A. edição, 1991.

FÁVERO, Maria L. A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Ponto de apoio para a Reforma Universitária. Linha de frente. **4º PODER**. Goiânia, 7 fev. 1963, p.3.

GERMANO, José Willington **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

REZENDE, Maria Auxiliadora S. **O sentido histórico da criação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás**. 1997. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

SILVA, Colemar Natal **Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás**. Org. por Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

VIEIRA, Sofia Lerche. **O discurso da reforma universitária**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982.

¹

Bolsista de Iniciação Científica. Faculdade de Educação, gueniakam@yahoo.com.br

²

Orientadora/Faculdade de Educação/UFG, isabelibarra555@hotmail.com

FONTE DE FINANCIAMENTO – CNPq/PIBIC